



Simulado Especial

PC GO

Agente e Escrivão - Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado PC GO – Agente e Escrivão – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PC GO;
- 2 – A prova contém **80 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PC-GO-Agente-Escrivão-23-10>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE

PORTUGUÊS

Janaina Arruda

Perdoar e esquecer**Quando a vida se transforma num tango, é difícil não dançar ao ritmo do rancor****Ivan Martins**

Hoje tomei café da manhã num lugar em que Carlos Gardel costumava encontrar seus parceiros musicais por volta de 1912. É um bar simples, na esquina da rua Moreno com a avenida Entre Rios, chamado apropriadamente El Encuentro.

Nunca fui fã aplicado de tango, mas cresci ouvindo aqueles que a minha mãe cantava enquanto se movia pela casa. Os versos incandescentes flutuam na memória e ainda me emocionam. Soprado pelo fantasma de Gardel, um deles me veio aos lábios enquanto eu tomava café no El Encuentro: “Rechiflado en mi tristeza, te evoco y veo que has sido...”

Vocês conhecem Mano a mano, não?

Essencialmente, é um homem falando com a mulher que ele ama e que parece tê-lo trocado por uma vida melhor. Lembra, em espírito, o samba Quem te viu, quem te vê, do Chico Buarque, mas o poema de Gardel é mais ácido e rancoroso. Paradoxalmente, mais sutil. Não se sabe se o sujeito está fazendo ironia ou se em meio a tantas pragas ele tem algum sentimento generoso em relação à ex-amante. Nisso reside o apelo eterno e universal de Mano a mano – não é assim, partido por sentimentos contraditórios, que a gente se sente em relação a quem não nos quer mais?

Num dia em que estamos solitários, temos raiva e despeito de quem nos deixou. No outro dia, contentes e acompanhados, quase torcemos para que seja feliz. O problema não parece residir no que sentimos pelo outro, mas como nos sentimos em relação a nós mesmos. Por importante que tenha sido, por importante que ainda seja, a outra pessoa é só um espelho no qual projetamos nossos sentimentos – e eles variam como os sete passos do tango. Às vezes avançam, em outras retrocedem. Quando a gente acha que encontrou o equilíbrio, há um giro inesperado.

Por isso as ambiguidades de Mano a mano nos pegam pelas entranhas. É difícil deixar para trás o sentimento de abandono e suas volúpias. É impossível não dançar ao ritmo do rancor. Há uma força enorme na generosidade, mas para muitos ela é inalcançável. Apenas as pessoas que gostam muito de si mesmas são capazes de desejar o bem do outro em circunstâncias difíceis. A maioria de nós precisa ser amada novamente antes de conceder a quem nos deixou o direito de ser feliz. Por isso procuramos com tanto afinho um novo amor. É um jeito de dar e de encontrar paz.

No último ano, tenho ouvido repetidamente uma frase que vocês já devem ter escutado: Não se procura um novo

amor, a gente simplesmente o encontra. O paradoxo é bonito, mas me parece discutível. Supõe que o amor é tão acidental quanto um tropeção na calçada. Eu não acho que seja. Imagina que a vontade de achar destrói a possibilidade de encontrar. Isso me parece superstição. Implica em dizer que se você ficar parado ou parada as coisas virão bater na sua porta. Duvido. O que está embutido na frase e me parece verdadeiro é que não adianta procurar se você não está pronto – mas como saber sem procurar, achar e descobrir que não estava pronto?

É inevitável que a gente cometa equívocos quando a vida vira um tango. Nossa carência nos empurra na direção dos outros, e não há nada de errado nisso. É assim que descobrimos gente que será ou não parte da nossa vida. Às vezes quebramos a cara e magoamos os outros. O tango prossegue. O importante é sentir que gostam de nós, e que nós somos capazes de gostar de novo. Isso nos solta das garras do rancor. Permite olhar para trás com generosidade e para o futuro com esperança. Não significa que já fizemos a curva, mas sugere que não estamos apenas resmungando contra a possibilidade de que o outro esteja amando. Quando a gente está tentando ativamente ser feliz, não pensa muito no outro. Esse é o primeiro passo para superar. Ou perdoar, como costuma ser o caso. Ou esquecer, como é ainda melhor.

No primeiro verso de Mano a mano, Gardel lança sobre a antiga amante a maldição terrível de que ela nunca mais voltará a amar. Mas, ao final da música, rendido a bons sentimentos, oferece ajuda e conselhos de amigo, quando chegar a ocasião. Acho que isso é o melhor que podemos esperar de nós mesmos. Torcer mesquinamente para jamais sermos substituídos – mas estarmos prontos para aceitar e amparar quando isso finalmente, inevitavelmente, dolorosamente, vier a acontecer.

(Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ivan-martins/noticia/2016/01/perdoar-e-esquecer.html>)

01. No trecho “É difícil deixar para trás o sentimento de abandono e suas volúpias.”,

o termo destacado significa

- a) densas.
- b) angústias.
- c) desejos.
- d) verdades.
- e) maldições.

02. Em “O problema não parece residir no que sentimos pelo outro, mas como nos sentimos em relação a nós mesmos.”, a conjunção destacada exprime uma ideia de

- a) explicação.
- b) oposição.
- c) condição.
- d) adição.
- e) conclusão.

03. No trecho “Há uma força enorme na generosidade”, o trecho em destaque desempenha a função sintática de

- a) sujeito.
- b) objeto direto.
- c) complemento nominal.
- d) objeto indireto.
- e) aposto.

04. Em “a outra pessoa é só um espelho”, a expressão em destaque classifica-se, sintaticamente, como

- a) complemento verbal
- b) predicativo do sujeito.
- c) predicativo do objeto.
- d) adjunto adnominal.
- e) adjunto adverbial

05. No trecho “Hoje tomei café da manhã num lugar em que Carlos Gardel costumava encontrar seus parceiros musicais por volta de 1912.”, a expressão em destaque pode ser substituída, sem prejuízo semântico, pelo pronome relativo

- a) a qual.
- b) nos quais.
- c) cujo o
- d) onde.
- e) aonde.

06. Em “a gente simplesmente o encontra”, o termo em destaque refere-se, no texto,

- a) a “um encontro”.
- b) a “bonito”.
- c) a “um novo amor”.
- d) ao “paradoxo”.
- e) a “tempo”.

07. Em “No outro dia, contentes e acompanhados, quase torcemos para que seja feliz.”, a oração em destaque é classificada como

- a) oração subordinada substantiva objetiva direta.
- b) oração subordinada substantiva predicativa.
- c) oração coordenada sindética restritiva.
- d) oração subordinada adverbial temporal.
- e) oração subordinada adverbial final.

08. Em “Não se sabe se o sujeito está fazendo ironia”, os termos em destaque são classificados, pela regra gramatical, respectivamente, como

- a) partícula apassivadora e conjunção integrante.
- b) partícula apassivadora e conjunção condicional.
- c) pronome reflexivo e conjunção temporal.
- d) conjunção integrante e partícula de realce.
- e) índice de indeterminação do sujeito e conjunção condicional.

09. No trecho “A maioria de nós precisa ser amada novamente antes de conceder a quem nos deixou o direito de ser feliz”, o uso do elemento destacado justifica-se por

- a) ser um pronome demonstrativo, que sempre deve acompanhar o termo “quem”.
- b) ser um artigo definido feminino, já que está determinando o pronome “quem”.
- c) ser uma preposição, exigida pela regência do verbo “conceder”.
- d) ser um artigo indefinido feminino, que indetermina o substantivo “quem”.
- e) ser uma pronome oblíquo, exigido pela regência do verbo “deixou”.

10. No trecho “ele tem algum sentimento generoso em relação à ex-amante”, o uso da

crase justifica-se

- a) por a palavra “ex-amante” sempre vir sucedida do acento grave.
- b) por ser facultativo, ou seja, trata-se de uma escolha de estilo.
- c) pelo fato de o termo relação ser um termo feminino.
- d) por ser a junção da preposição “a” com o pronome oblíquo “a”.
- e) pela regência do termo “relação”, que exige a preposição “a”, ligada ao artigo definido feminino “a” que acompanha o substantivo.

**REALIDADE ÉTICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA,
CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS**

Leandro Signori

11. Marque a alternativa incorreta sobre a cultura goiana.

- a) José Joaquim da Veiga Vale e, seu filho, Henrique da Veiga Vale são destaques na arte sacra.
- b) O pintor Antônio da Costa Nascimento foi responsável pela magnífica pintura do teto da Igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis.
- c) O escritor goiano Bernardo Élis foi membro da Academia Brasileira de Letras, entidade que reúne os maiores escritores do país.
- d) Cora Coralina é considerada a maior poetiza do Brasil.
- e) Goiás se destaca nacionalmente na música sertaneja, com artistas como Bruno e Marrone, Zezé Di Camargo e Luciano, Wanessa Camargo e Leandro e Leonardo.

12. A decadência da mineração do ouro afetou a sociedade goiana do século XVIII provocando:

- a) rápido enriquecimento;
- b) aumento da população;
- c) sensível urbanização;
- d) acelerado êxodo rural;
- e) crescimento da população rural.

13. Sobre a construção de Goiânia e aos seus múltiplos aspectos relacionados informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A construção da nova capital de Goiás recebeu fundamental apoio do governo revolucionário implantado no Brasil em 1930, pois considerava-se o empreendimento como de grande importância para o projeto “Marcha para o Oeste”.

() A transferência da capital desconheceu oposição por parte da população da cidade de Goiás, mas sofreu oposição das elites oligárquicas da capital, sobretudo da família Caiado.

() O município de Goiânia foi criado juntamente com o lançamento da Pedra Fundamental da cidade no dia em que se comemorava os três anos da Revolução de 1930, em homenagem ao presidente Getúlio Vargas.

() O projeto da nova cidade foi elaborado por Atílio Corrêa Lima com traçado urbanístico do tipo radial concêntrico e edificações no estilo arquitetônico *art déco*.

- a) V – F – V – F.
- b) V – F – F – V.
- c) V – V – F – V.
- d) F – V – F – V.
- e) F – F – V – V.

14. Do ponto de vista da hidrografia, o Estado de Goiás é privilegiado, uma vez que no território goiano nascem rios pertencentes às principais bacias hidrográficas brasileiras. Sobre esse assunto, é correto afirmar que:

- a) no rio Tocantins localizam-se as hidrelétricas de São Simão, de Cachoeira Dourada e de Itumbiara.
- b) o Rio Meia Ponte faz parte da bacia do Rio Paranaíba e o rio Preto da bacia do Rio São Francisco.
- c) o Rio Vermelho faz parte da bacia do Rio São Francisco.
- d) a bacia do Rio Araguaia é a de maior importância econômica do estado, com usinas hidrelétricas, atividades agrícolas e polos industriais.
- e) O Rio Tocantins está inserido na rede hidrográfica da bacia Amazônica, com sua foz no Golfão Amazônico, na ilha de Marajó, no Oceano Atlântico.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocelin

15. Considere as seguintes sentenças:

- Faça o que o médico recomendou.
- Paulo é tio de Júlia?
- Lucas é mais baixo do que Marcos.
- O Cristo Redentor é localizado no Rio de Janeiro.
- Boa prova!

Quantas dessas sentenças são proposições?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

16. A negação da proposição “se eu presto atenção, eu aprendo” pode ser escrita como:

- a) “se eu não presto atenção, eu não aprendo”.
- b) “se eu não aprendo, eu não presto atenção”.
- c) “aprendo e não presto atenção”.
- d) “presto atenção e não aprendo”.
- e) “se eu aprendo, eu não presto atenção”.

17. Sabe-se que das afirmações a seguir, apenas a afirmação (III) é falsa.

- I. Em um mesmo dia, ou Tiago treina musculação ou Tiago pratica natação.
- II. Se Tiago treina musculação, então ele fica irritado.
- III. Ontem Tiago estava irritado.
- IV. No dia em que Tiago pratica natação, ele não vai à praia.

Sendo assim, é correto concluir que ontem Tiago

- a) treinou musculação.
- b) treinou musculação ou não praticou natação.
- c) não estava irritado e foi à praia.
- d) não foi à praia.
- e) não estava irritado e treinou musculação.

18. Em uma festa de aniversário com 150 pessoas, 115 pessoas bebem refrigerante e 80 pessoas bebem suco. Sabendo que todas as pessoas da festa bebem alguma dessas duas bebidas, o total de pessoas que bebem ambas as bebidas é:

- a) 30.
- b) 33.
- c) 35.
- d) 40.
- e) 45.

19. Em uma escola há 4 professores de matemática, 2 de história e 5 de português. Qual é o total de quartetos que podem ser formados de maneira que, em cada um, haja pelo menos um professor de matemática?

- a) 150
- b) 295
- c) 330
- d) 495
- e) 660

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

20. Como se sabe, a Administração Pública tem suas ações balizadas pelos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Neste sentido, assinale a alternativa que apresenta um procedimento aplicado na Administração Pública que decorre diretamente do princípio da eficiência.

- a) Publicação de edital para a realização de processo de licitação.
- b) Vedação de promoção pessoal de agente público.
- c) Fazer somente aquilo que é determinado ou autorizado por lei.
- d) Delegação de competências a outros órgãos públicos.
- e) Avaliação periódica de desempenho de servidor público.

21. No que se refere à organização da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) as autarquias possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública direta.
- b) as sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado e integram a administração pública direta.
- c) por possuir a mesma personalidade jurídica das autarquias, às fundações públicas não pode ser conferida a personalidade jurídica de direito privado.
- d) as empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito privado e integram exclusivamente a administração pública indireta.
- e) será criada uma nova espécie de entidade administrativa, quando da criação de uma agência executiva através de um contrato de gestão.

22. Em relação aos poderes da Administração Pública, pode-se afirmar corretamente que a atividade estatal que tem por objetivo beneficiar o interesse público em detrimento dos direitos individuais está relacionada à (ao):

- a) autotutela.
- b) poder disciplinar.
- c) poder de polícia.
- d) autoexecutoriedade.
- e) poder hierárquico.

23. Sobre o controle da Administração Pública, entende-se que o controle exercido pelo Poder Judiciário sobre os demais poderes

- a) é um controle externo, que só poderá ser feito sobre a legalidade dos atos administrativos, nunca sobre o mérito.
- b) é um controle interno, que poderá ser feito sobre a legalidade dos atos administrativos e sobre o mérito.
- c) é um controle externo, que só poderá ser feito sobre o mérito dos atos administrativos, nunca sobre a legalidade.
- d) é um controle interno, que só poderá ser feito sobre a legalidade dos atos administrativos, nunca sobre o mérito.
- e) é controle externo, mas que só poderá ser aplicado sobre os atos vinculados, nunca sobre os atos discricionários.

24. Acerca dos atos administrativos, analise as assertivas seguintes e aponte a INCORRETA.

- a) O ato administrativo que possui vício de forma pode ser convalidado, desde que a forma não seja essencial à validade do ato.
- b) Os atos administrativos vinculados, quando editados pela Administração Pública com vícios de competência, podem ser convalidados.
- c) Os atos que apresentam vícios insanáveis deverão ser anulados.
- d) A administração tem o prazo decadencial de 5 (cinco) anos, a partir da prática do ato, para anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, em qualquer hipótese.
- e) O ato administrativo praticado com desvio de finalidade não pode ser convalidado.

25. Doquinho nunca foi um aluno muito aplicado na escola em que estudava, mas, certo dia, passou dos limites e acabou infringindo uma norma do estatuto da referida escola: desferiu profundos xingamentos ao professor de geografia, após receber a sua avaliação com nota inferior àquela que esperava. Diante o fato, a direção escolar decidiu impor ao aluno uma suspensão de três dias. Tendo como referência unicamente o caso apresentado, pode-se afirmar que a suspensão de Doquinho é expressão do poder

- a) de polícia.
- b) normativo.
- c) disciplinar.
- d) discricionário.
- e) hierárquico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

26. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

27. Realizada por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, A reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. De acordo com o texto constitucional:

- a) um Ministro do Supremo Tribunal Federal que integre o Conselho exercerá obrigatoriamente a função de Ministro- Corregedor.
- b) O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

28. Em julgamento histórico, o STF trouxe uma jurisprudência, súmula vinculante 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. Assim não se admite a prisão do Depositário infiel. Esse é um exemplo típico de alteração da Constituição por meio de:

- a) Emenda Constitucional.
- b) Revisão Constitucional.
- c) Plebiscito.
- d) Mutação Constitucional.
- e) Reclamação constitucional

29. Acerca das normas constitucionais que regem os direitos políticos e os partidos políticos, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) É inelegível para o cargo de vereador ex-cônjuge de governador do estado, ainda que se trate de reeleição e a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido antes do início do mandato de governador.
- b) Não se aplica a regra da perda de mandato por infidelidade partidária a governador que, depois de eleito pelo sistema majoritário, resolva mudar de partido político.
- c) A condenação de servidor público federal por ato de improbidade administrativa não impede sua candidatura ao cargo de deputado federal, uma vez que tal situação não se inclui entre as hipótese de suspensão de direitos políticos.
- d) O voto é obrigatório para o cidadão brasileiro naturalizado que seja analfabeto.
- e) Ação para impugnação do mandato de prefeito eleito graças a esquema de compra de votos deve ser ajuizada na justiça federal, dentro do prazo de seis meses, e instruída com provas do abuso do poder econômico.

30. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

31. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

32. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

- a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

DIREITO PENAL

Vitor Falcão

33. No tocante ao princípio da legalidade, assinale a afirmativa correta.

- a) Não se aplica às contravenções e medida de segurança.
- b) Em razão da reserva legal, é vedada a criação de crimes por meio de medida provisória.
- c) A retroatividade da lei penal é aplicada como regra.
- d) Tal princípio impede a aplicação de analogia de qualquer forma no Direito Penal.
- e) O princípio da legalidade não está previsto no texto constitucional vigente.

34. Assinale a alternativa incorreta.

- a) É possível a utilização da interpretação analógica, ainda que seja desfavorável ao réu, sem que ocorra ofensa ao princípio da reserva legal.
- b) Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação. Devendo receber o mesmo tratamento o flagrante preparado e esperado.
- c) nova lei penal que implique tratamento mais rigoroso à conduta se trata de lei penal mais grave, somente terá aplicação aos fatos posteriores à sua entrada em vigor.
- d) Não é possível combinar leis penais, ainda que seja para extrair norma mais benéfica, devendo se aplicada aquela lei que mais favoreça o réu, mas de maneira isolada.
- e) Não configura bis in idem o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.

35. Maria foi presa em flagrante ao subtrair um pacote de biscoito, cujo valor era R\$4,00, em um hipermercado da cidade onde morava. O juiz reconheceu a aplicação do princípio da insignificância afastando a:

- a) Culpabilidade.
- b) tipicidade material.
- c) Potencial consciência da ilicitude.
- d) tipicidade formal.
- e) punibilidade.

36. São causas excludentes de conduta, exceto:

- a) Coação física irresistível;
- b) atos reflexos;
- c) condutas culposas;
- d) Sonambulismo;
- e) caso fortuito ou força maior.

37. Em relação as excludentes de ilicitude, marque a alternativa correta.

- a) O boxeador que, em uma competição oficial, respeitando as regras regulamentares de seu esporte, provoca lesões corporais em seu adversário não responde pelo crime por força do estado de necessidade.
- b) Não é possível exercer legítima defesa contra uma agressão injusta de um inimputável.
- c) Na legítima defesa o agente deve agir nos limites estritamente necessários para cessar a agressão injusta.
- d) Não é possível que duas ou mais pessoas estejam, simultaneamente, em estado de necessidade, ocorrendo o que a doutrina convencionou chamar de estado de necessidade recíproco.
- e) É possível que ocorra uma legítima defesa real em face de outra legítima real.

38. Maria, dominada pela violenta emoção, realiza dois disparos de arma de fogo contra Paulo que acabara de a provocar injustamente. Ocorre que, diante do tranco da arma, Maria erra o tiro e atinge Genivalda, uma senhora de 80 anos, que vem a falecer. Diante dos fatos narrados, Maria:

- a) Agiu amparada pela legítima defesa
- b) responderá por tentativa de homicídio privilegiado.
- c) responderá por homicídio privilegiado consumado.
- d) responderá por homicídio privilegiado tentado contra Paulo e homicídio culposo contra Genivalda.
- e) responderá por homicídio privilegiado consumado contra Genivalda, majorado por ser a vítima maior de 60 anos.

39. Baiano agindo com animus necandi, realiza 5 disparos de arma de fogo contra Neto, esgotando assim os atos executórios, segundo o seu plano. Após, Baiano se arrepende e rapidamente leva a vítima para o hospital que, após ficar 3 meses internada, sobrevive.

Diante deste quadro, assinale a afirmativa correta.

- a) É hipótese de reconhecimento de desistência voluntária e Baiano deverá responder por lesão grave.
- b) É caso de arrependimento posterior e Baiano deve ter a pena reduzida.
- c) É hipótese de arrependimento eficaz e Baiano deverá responder por tentativa de homicídio.
- d) É hipótese de arrependimento eficaz e Baiano deverá responder por lesão corporal grave.
- e) É hipótese de desistência voluntária e Baiano deverá responder por tentativa de homicídio.

40. Tripa seca, no dia 22 de maio de 2022, subtraiu, mediante grave ameaça, exercida com a utilização de um simulacro de arma de fogo, o celular de João. Assim que pegou o celular de João, Tripa seca foi imediatamente perseguido pela Polícia Militar e preso em flagrante, assim, Tripa seca deverá responder por:

- a) roubo simples, na forma consumada, pois o roubo se consumou com a mera inversão da posse.
- b) roubo simples, na forma tentada, uma vez que não teve posse mansa e pacífica do bem.
- c) roubo majorado, na forma consumada, devido a utilização do simulacro de arma de fogo, conforme entendimento sumulado do STJ.
- d) roubo majorado, na forma tentada.
- e) roubo qualificado, na forma consumada.

41. Joyce, inconformada com as reiteradas traições do marido, Pedro, resolve envenená-lo. Joyce então coloca uma quantidade fatal de veneno na bebida favorita de Pedro. Pedro começa a passar mal, momento em que Joyce se arrepende e leva Pedro rapidamente ao hospital. Pedro é imediatamente atendido, mas morre em razão da intoxicação provocada pelo veneno. Nesse contexto, Joyce deverá responder:

- a) Tentativa de homicídio em razão do arrependimento eficaz.
- b) Tentativa de homicídio em razão da desistência voluntária.
- c) Homicídio consumado por meio cruel.
- d) Homicídio qualificado por meio insidioso.
- e) Ocorreu arrependimento posterior, devendo Joyce ter sua pena diminuída.

42. Peculatônio, Policial civil do Estado de Goiás exigiu para si, em razão de sua função, vantagem indevida de Maria, consistente em R\$ 5.000, 00 para não realizar a sua prisão em flagrante. Maria inconformada com a situação, não pagou a quantia e denunciou Peculatônio imediatamente ao Ministério Público. O servidor cometeu o crime de:

- a) concussão tentada.
- b) prevaricação.
- c) peculato consumado.
- d) corrupção passiva consumada.
- e) Concussão consumada.

43. Poucas trancas, servidor público do Goiás, queria realizar a subtração de um computador da repartição pública, avaliado em R\$ 4.000, 00, valendo-se da facilidade proporcionada pelo cargo. Para isso, chamou Pedro para participar da empreitada criminosa, o qual, não sabendo da condição de funcionário público de Poucas Trancas, aceitou participar da subtração. Poucas Trancas e Pedro acabaram sendo presos em flagrante e deverão responder respectivamente por:

- a) Peculato furto e peculato furto.
- b) Peculato furto e furto.
- c) Peculato apropriação e furto.
- d) Corrupção passiva e corrupção passiva
- e) Corrupção passiva e furto.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

44. Acerca de inquérito policial, segundo o Código de Processo Penal, o inquérito deverá terminar no prazo de:

- a) 5 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto.
- b) 5 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 10 dias, quando estiver solto.
- c) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.
- d) 15 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.
- e) 30 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 90 dias, quando estiver solto.

45. João foi vítima de lesão corporal praticado por José, sendo que o referido crime é de ação penal condicionada à representação, tendo sido apresentada a representação no prazo legal. Ocorre que João resolveu se reconciliar com José e o convidou para ser seu padrinho de casamento retratando-se da representação. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) É possível que João retrate-se da representação, por escrito e a qualquer tempo, desde que antes de a sentença transitar em julgado.
- b) O juiz deverá absolver José, caso ele aceite o perdão concedido por João.
- c) O Ministério Público deverá desistir da ação proposta, em razão de não haver mais interesse em agir.
- d) A representação feita por João é irretratável, se feita no prazo, impedindo a prescrição do delito.
- e) A reconciliação entre João e José não vai interferir no processo, se a denúncia já tiver sido oferecida,

46. Em relação à prisão, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, é INCORRETO afirmar:

- a) O dia do cumprimento do mandado é computado no prazo da prisão temporária.
- b) As pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas.
- c) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- d) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- e) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo serão recolhidas as assinaturas dos que estiverem presentes, na condição de testemunhas.

47. A respeito de inquérito policial, assinale a assertiva correta.

- a) O inquérito policial é indispensável para a propositura da ação penal.
- b) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.
- c) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito em casos que verificar a presença de excludentes de ilicitude.
- d) O inquérito policial, caso venha a ser arquivado com base na falta de justa causa, poderá vir a ser desarquivado diante do surgimento de novas provas, tendo em vista que este arquivamento faz somente coisa julgada formal.
- e) O inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

48. Caso um indivíduo seja preso em flagrante de delito em virtude de ser encontrado com o objeto do crime, logo depois, de ter cometido um crime de furto, está caracterizado:

- a) flagrante propriamente dito.
- b) flagrante assimilado.
- c) quase-flagrante.
- d) flagrante irreal
- e) flagrante esperado.

49. Da decisão que indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, caberá:

- a) apelação.
- b) embargos infringentes.
- c) recurso em sentido estrito.
- d) agravo em execução.
- e) recurso extraordinário.

50. Acerca do processo comum, previsto no Código de Processo Penal, considere os próximos itens.

- I – Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- II – O procedimento será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- III – O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) Nenhuma das alternativas.

51. Lucas, residente na cidade de Anápolis, receber uma mensagem de texto em seu telefone celular que lhe oferecia um empréstimo. Diante disso, - Lucas entrou em contato para receber um empréstimo no valor de R\$15.000,00, depositando uma quantia de R\$1.000,00, a título de “custas”, em uma conta corrente vinculada a uma agência bancária localizada no município de Formosa. A referida conta pertencia a Mateus, que residia no município de Luziânia. Após realizar a transferência, - Lucas percebeu que se tratava de uma fraude e, em razão disso, nunca receber o valor de R\$15.000,00. Quando - Lucas percebeu que se tratava de uma fraude, estava em viagem na cidade de Caldas Novas, local em que registrou a ocorrência pelo crime de estelionato (artigo 171 do Código Penal). Posteriormente, Mateus foi preso no município de Cristalina. Diante do caso hipotético, será competente para processar e julgar o referido delito o município de:

- a) Anápolis.
- b) Formosa.
- c) Luziânia Olinda.
- d) Caldas Novas.
- e) Cristalina.

52. Acerca do tema provas, assinale a alternativa correta.

- a) A autópsia será feita pelo menos oito horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- b) A confissão será indivisível e irretratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- c) A busca pessoal dependerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.
- d) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 15 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
- e) O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

53. Acerca de competência, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- c) competência será determinada pela continência se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.
- d) Reconhecida inicialmente ao júri a competência por conexão ou continência, o juiz, se vier a desclassificar a infração ou impronunciar ou absolver o acusado, de maneira que exclua a competência do júri, remeterá o processo ao juízo competente.
- e) Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.

54. Se o juiz recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (ANPP), cabe interposição de

- a) apelação.
- b) embargos infringentes e de nulidade.
- c) recurso para o chefe do Ministério Público.
- d) recurso em sentido estrito.
- e) carta testemunhável.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

55. Constitui crime hediondo, previsto na Lei 8.072/1990,

- a) o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- b) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.
- c) lesão corporal leve quando cometida contra agente do sistema prisional.
- d) homicídio simples praticado por qualquer cidadão.
- e) Roubo circunstanciado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum

56. Considerando a legislação aplicável e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Não caracteriza o crime de tortura a conduta do carcereiro que constrange o preso, mediante grave ameaça, a submeter-se à situação vexatória não autorizada em lei.
- b) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher, com violência ou grave ameaça, no ambiente doméstico, não impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- c) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é penalmente típica a conduta de violar decisão administrativa de suspensão da habilitação para conduzir veículo automotor.
- d) É hediondo o crime de furto qualificado pela subtração de substâncias explosivas.
- e) É penalmente atípica a conduta de provocar, culposamente, incêndio em mata ou floresta.

57. No que concerne à Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), assinale a alternativa correta.

- a) Prescrevem em dois anos a imposição e a execução das penas no tocante ao crime de porte de drogas para consumo pessoal.
- b) A pena de prestação de serviços à comunidade, no caso de porte de drogas para consumo pessoal, será aplicada pelo prazo máximo de seis meses.
- c) Em caso de reincidência no crime de porte de drogas para consumo pessoal, a pena de prestação de serviços à comunidade poderá ser aplicada pelo prazo máximo de um ano.
- d) A internação involuntária, nos casos de tratamento do usuário de drogas, perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de cento e vinte dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.
- e) O inquérito policial será concluído no prazo de trinta dias, se o indiciado estiver preso, e de sessenta dias, quando solto.

58. Referente à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- b) Os crimes previstos nessa Lei são de ação penal pública incondicionada.
- c) São possíveis efeitos da condenação, dentre outros, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a oito anos.
- d) A perda do cargo, do mandato ou da função pública, como efeito da condenação, está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.
- e) Entre as possíveis penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade, está a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.

59. Conforme a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei dos Juizados (Lei nº 9.099/1995).
- b) A ação penal nos crimes de lesão corporal leve cometidos em detrimento da mulher, no âmbito doméstico e familiar, é pública incondicionada.
- c) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- d) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata essa Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
- e) À ofendida é facultada a opção de propor ação de divórcio e de partilha de bens no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

60. Assinale a alternativa correta quanto à Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996).

- a) As interceptações das comunicações telefônicas são admitidas como meio de prova para qualquer crime, desde que devidamente fundamentadas.
- b) A captação ambiental não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.
- c) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, na instrução processual penal.
- d) Durante o inquérito, a gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão da autoridade policial, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- e) O incidente de inutilização será assistido pelo Ministério Público, sendo compulsória a presença do acusado ou de seu representante legal.

61. No tocante aos Juizados Especiais Criminais (Lei Federal nº 9.099/1995), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- c) Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais.
- d) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- e) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

62. À luz do disposto na Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013), assinale a alternativa correta.

- a) O acordo de colaboração premiada e os depoimentos do colaborador serão mantidos em sigilo até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime, sendo vedado ao magistrado decidir por sua publicidade em qualquer hipótese.
- b) As informações pormenorizadas da colaboração serão dirigidas diretamente ao juiz a que recair a distribuição, que decidirá no prazo máximo de setenta e duas horas.
- c) A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, da função, do emprego ou do mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de cinco anos subsequentes ao cumprimento da pena.
- d) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até a metade a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal.
- e) O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderão ser suspensos por até um ano, prorrogável por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

63. João portava arma de fogo de uso permitido em via pública quando, ao amarrar seu calçado, ela disparou, sem, no entanto, atingir ninguém. Devido ao barulho provocado, a polícia foi acionada e abordou João, localizando o armamento e constatando que o seu registro de cautela estava vencido.

Nessa situação hipotética, João

- a) deverá responder pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e disparo de arma de fogo, em concurso formal.
- b) ante a atipicidade de sua conduta, não deverá ser processado por nenhum crime.
- c) deverá responder pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e disparo de arma de fogo, em concurso material.
- d) deverá responder unicamente pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- e) ante a ocorrência da consunção, deverá responder unicamente pelo crime de disparo de arma de fogo.

64. Adolfo, objetivando a divulgação do nazismo, distribuiu pelas ruas de seu município distintivos e ornamentos que utilizavam a cruz suástica. Diante do caso hipotético exposto, bem como considerando as disposições da Lei nº 7.716/1989, Adolfo, se condenado, estará sujeito à pena de

- a) detenção de seis meses a dois anos e multa.
- b) detenção de dois a quatro anos e multa.
- c) reclusão de um a três anos e multa.
- d) reclusão de dois a cinco anos e multa.
- e) reclusão de três a oito anos e multa

65. Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

- a) O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.
- b) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até quinze dias.
- c) O mandato dos membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária terá duração de três anos, renovado um terço a cada ano.
- d) Se, intimado pessoalmente ou por edital com prazo de trinta dias, o réu não comparecer injustificadamente à audiência admonitória, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena.
- e) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até dois anos de idade.

CRIMINALÍSTICA

Alexandre Herculano

66. A respeito da perícia médico-legal, assinale a opção correta.

- a) É inadmissível a atuação de mais de um perito oficial e de um assistente técnico por perícia.
- b) No processo judicial que demande a realização de perícia médico-legal, a decisão do juiz deverá ser tomada com base no laudo dessa perícia.
- c) O juiz é a única autoridade competente para negar a realização de perícia em qualquer circunstância.
- d) Quando o primeiro exame pericial for incompleto para a avaliação das lesões corporais, a decisão de realização de exame complementar será privativa do juiz.
- e) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, a falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.

67. Com base na Perícia, marque a opção INCORRETA.

- a) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial ou nomeado, portador de diploma de curso superior.
- b) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.
- c) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- d) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
- e) Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

68. Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica _____ de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

- a) do indício coletado em locais ou em vítimas
- b) das evidências coletadas em locais ou em vítimas
- c) dos rastros coletados em locais ou em vítimas
- d) do vestígio coletado em locais ou em vítimas
- e) do material coletado em locais ou em vítimas

69. O local onde foi encontrado um corpo, no caso de uma morte violenta, com várias lesões perfuro incisivas e com muito sangue no chão, trata-se, quanto a disposição dos vestígios, de um local.

- a) adjacente
- b) Interno
- c) de homicídio
- d) imediato
- e) relacionado

70. Durante a perícia em um caso de homicídio, ocorrido em uma via pública, o responsável solicita ao auxiliar que observe o local e aponte vestígios de interesse forense considerando o caso. O cadáver, ainda no local, foi analisado preliminarmente, tendo sido identificadas lesões provocadas por arma branca. Assinale a alternativa que NÃO apresenta, nessa situação e relacionado ao caso, vestígios que o auxiliar mencionaria.

- a) Os danos no tecido do vestuário da vítima em compatibilidade com as lesões perfuroincisas.
- b) Um automóvel estacionado a alguns metros do cadáver juntamente com outros veículos.
- c) Manchas de sangue próximas ao corpo formadas por espargimento arterial.
- d) Uma faca situada nas redondezas e compatível com o instrumento causador das lesões.
- e) Uma adaga com impressões digitais latentes na empunhadura.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

71. NÃO está correto o que se afirma em:

- a) O sinal de puppe-werkgaertner é representado pelo desenho da boca do cano e da alça de mira da arma de fogo na pele da vítima. Irá ocorrer quando o tiro encostado for contra uma superfície depressível, de modo que os gases de explosão se expandam no interior do corpo.
- b) A câmara de mina de hoffmann é o ferimento de entrada com forma irregular, denteada ou com entalhes, devido à ação resultante dos gases que descolam e dilaceram os tecidos. Irá ocorrer nos tiros encostados sob plano ósseo.
- c) Zona de tatuagem é constituída por partículas de pólvora incombustas que alcançam o corpo. Não sai com a lavagem. É um sinal indiscutível de orifício de entrada em tiros a curta distância.
- d) Zona de esfumaçamento ou falsa tatuagem é constituída por grânulos de pólvora combusta (fuligem), sendo superficial e possível a sua remoção por lavagem.
- e) Trajeto é o percurso do projétil no interior de um corpo, animado ou inanimado, enquanto que trajetória é o percurso externo deste projétil.

72. Quanto à tanatologia forense, são fenômenos abióticos consecutivos, exceto:

- a) Desidratação cadavérica.
- b) Rigor Mortis
- c) Perda da sensibilidade.
- d) Livor Mortis.
- e) Espasmo cadavérico

73. Equimoses são causadas por derrame sanguíneo interno que produz uma mancha que sofre variação cromática desde o início até o pleno reparo da lesão. Esse espectro equimótico serve para avaliar a data da lesão e para verificar, em casos de várias lesões, se ocorreram em dias diferentes. Uma lesão com coloração azulada apresenta evolução, em dias, em torno de

- a) 1-2 dias.
- b) 4-6 dias.
- c) 7-10 dias.
- d) 10-12 dias.
- e) 13-20 dias.

74. NÃO está correto o que se afirma em:

- a) Esgorjamento é o nome que se dá à ferida incisa na face anterior e lateral do pescoço.
- b) Degola corresponde à ferida incisa na parte posterior do pescoço.
- c) Esquartejamento é a separação do corpo em diversas partes irregulares.
- d) Decapitação é o ato ou efeito de cortar fora a cabeça em sua totalidade, separando-a do corpo.
- e) Enforcamento é a modalidade de asfixia mecânica determinada pela constrição do pescoço por um laço cuja extremidade se acha fixa a um ponto dado, agindo o próprio peso do indivíduo como força ativa

75. Considerando a fisiopatologia das asfixias, é possível determinar um cronograma estabelecendo suas diversas fases com o aparecimento das manifestações clínicas. Referente ao exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A 1ª fase é conhecida como fase de excitação cortical e medular;
- b) Na 2ª fase, aparecem enjoos, lipotimias e vertigens;
- c) Na 3ª fase, os batimentos do coração são lentos e arrítmicos;
- d) A 4ª fase é conhecida como fase respiratória;
- e) A 3ª fase se caracteriza pela lentidão e superficialidade dos movimentos respiratórios.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Géssica Ehle

76. Sobre os requisitos básicos para investidura em cargo público, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Goiás, assinale a alternativa incorreta.

- a) gozo dos direitos políticos
- b) nacionalidade brasileira
- c) quitação com as obrigações militares e eleitorais
- d) nível de escolaridade ou habilitação legal exigidos para o exercício do cargo
- e) aptidão física e moral

77. Dentre as licenças abaixo, não poderá ser concedida ao servidor em estágio probatório, segundo o que define o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Goiás:

- a) licença por motivo de doença em pessoa da família
- b) licença para capacitação
- c) licença para o exercício de mandato classista
- d) licença por convocação para o serviço militar
- e) licença para atividade política

78. Segundo a Lei nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás,

- I. São deveres do administrado, expor os fatos conforme a verdade e agir de modo temerário.
- II. Assuntos que importem pretensões equivalentes poderão ser tratados, pelos órgãos e entidades administrativas, por meio de modelos ou formulários padronizados.
- III. Pedidos de uma pluralidade de interessados não poderão ser formulados em um único requerimento, mesmo se tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, salvo preceito legal em contrário.
- IV. A decisão de recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.

Assinale a afirmativa que contenha apenas assertivas corretas.

- a) I e III
- b) I e IV
- c) II e III
- d) II e IV
- e) III e IV

79. Nos termos da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás e dá outras providências, Lei nº 16.901, de 26 de janeiro de 2010, pode-se afirmar que são princípios institucionais da Polícia Civil, à exceção de um, assinale-o:

- a) eficiência na repressão das infrações penais
- b) indivisibilidade da investigação policial
- c) indelegabilidade das atribuições funcionais
- d) interdisciplinaridade da ação investigativa
- e) uso proporcional da força

80. A partir do que aduz o Decreto nº 9.837, de 23 de março de 2022, que institui o Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, é incorreto o que se afirma em:

- a) o incentivo ao aperfeiçoamento dos padrões de conduta é tido como princípio fundamental que impõem e orientam a construção do referido Código
- b) O Poder Executivo do Estado de Goiás adota como valor fundamental a predominância do atendimento ao interesse público em relação ao interesse particular
- c) O processo de tomada de decisão no exercício da função admite consulta informal aos assessores mais próximos, de acordo com a materialidade da questão e consulta formal aos órgãos de assessoramento, quando esse for o caso
- d) A violação de conduta ética cometida por servidores públicos estaduais será comunicada ao titular do órgão de lotação e de origem
- e) As possíveis condutas de violação deste Código serão apuradas pela Câmara de *Compliance* do Conselho de Governo e poderão resultar, exclusivamente, em censura ética

Preencha seu gabarito

[https://bit.ly/Simulado-PC-GO-Agente-Escrivão-23-10](https://bit.ly/Simulado-PC-GO-Agente-Escrivao-23-10)

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

[https://bit.ly/Sistemas-de-Questões](https://bit.ly/Sistemas-de-Questoes)